

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 534.759 - SP (2019/0282942-5)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**BEATRIZ RAMOS VICO**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : A S S DE S (INTERNADO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de A. S. S. DE S., apontando como autoridade coatora Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que indeferiu pedido liminar no HC n.º 2207708-25.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que o Paciente foi responsabilizado pela prática de ato infracional equiparado ao crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n.º 11.343/2006, tendo-lhe sido imposta medida socioeducativa de internação por prazo indeterminado.

Insurgindo-se contra a aplicação da medida extrema, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante esta Corte, que concedeu a ordem para determinar o afastamento da medida de internação provisória (HC 526.025/SP).

Em cumprimento à referida decisão, foi determinada, em 15/08/2019, a imediata transferência do Jovem para cumprimento de medida de semiliberdade, por prazo indeterminado, com reavaliação a cada 6 (seis) meses (fls. 261 e 115).

Narra a Impetrante que, passados mais de 6 (seis) meses da custódia do Menor, não houve reavaliação e que, com o intuito de sanar essa ilegalidade, a Defesa requereu ao Magistrado a requisição do relatório conclusivo do Adolescente perante a unidade de internação em que cumpria a medida, pois a unidade de semiliberdade não teria tempo hábil para realizá-la.

Diante da ausência de manifestação do Juízo, a Defensoria impetrou prévio *writ* perante o Tribunal *a quo*, requerendo a confecção do relatório conclusivo. O pedido liminar foi indeferido (fls. 156-157).

Afirma a Defesa que, depois de cumpridos 6 (seis) meses de internação, a medida socioeducativa foi reiniciada, "*em manifesta reformatio in pejus indireta*,

# Superior Tribunal de Justiça

*impondo-se a ele cumprimento de medida por mais de 7 meses sem direito à reavaliação"* (fl. 5; destaques constantes no original).

Requer "o reconhecimento do constrangimento ilegal a que o adolescente vem sendo submetido, especialmente em face da sua primariedade e responsabilização por ato infracional sem violência ou grave ameaça, para que se requisite a vinda de relatório conclusivo com a máxima urgência, fixando-se prazo para o cumprimento da decisão" (fl. 6).

Pede a concessão da medida liminar para determinar a requisição do relatório conclusivo do Adolescente com a máxima urgência.

Por meio de despacho de fls. 303-304, solicitei informações ao Juiz de primeira instância, que foram parcialmente prestadas às fls. 308-322.

É o relatório inicial. Passo à análise do pedido urgente.

De início, cumpre ressaltar que, consoante posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na Instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado, tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do

# Superior Tribunal de Justiça

processo.

Na hipótese em apreço, observo, em juízo de cognição sumária, que estão configurados os requisitos para o deferimento da medida urgente requerida.

O Juízo da 1.<sup>a</sup> Vara Criminal da Comarca de Suzano/SP, ao prestar informações a esta Corte, deixou de se manifestar acerca da requisição de relatório conclusivo do Adolescente ou de eventual designação de audiência de reavaliação do Menor. Assim, verifico a existência da alegada omissão por parte do Magistrado em reavaliar a situação do Paciente, após transcorridos mais de 6 (seis) meses da sua segregação, o que contraria o prazo previsto no art. 42 da SINASE, preenchendo o requisito do *fumus boni iuris*.

Lado outro, o *periculum in mora* encontra-se presente, na medida em que o Paciente está internado desde o dia 28/02/2019, sem que tenha ocorrido a reavaliação da possibilidade de substituição da medida anteriormente imposta por outra menos grave.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para determinar ao Juízo de primeiro grau que requisiite a vinda de relatório conclusivo, **com a máxima urgência**, fixando-se, se o caso, prazo para o cumprimento da decisão.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e aos Juízos da Infância e Juventude da Comarca de São Bernardo do Campo/SP e da 1.<sup>a</sup> Vara Criminal da Comarca de Suzano/SP, encaminhando-lhes o inteiro teor da presente decisão.

Requisitem-se informações atualizadas ao Juízo de primeiro grau.

Após, ouça-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora